

Eduardo Antônio Kalache  
Luiz Sérgio Chame  
Manoel M. da Costa Braga Neto

Ana Claudia Ferreira França Correa  
Rodrigo A. Kalache de Paiva  
Rafaela Faroni Ganem  
Yamba Souza Lanna  
André Alves de Almeida Chame  
Juliana Dinis da Costa Braga  
André Dinis Angelo  
Rodrigo Barbosa Leite  
André R. Salamonde Pinho  
Fernando M. Kalache  
Marcelo Dinis da Costa Braga  
Gustavo S. Almeida  
Carlos Fernando Filgueiras M. da Silva  
Júlyana Iunes Pinho de Queiroz  
Lys Miranda Alves  
Luciana Ferreira Cuquejo  
Pollyanna Serrão B. Almeida  
Maria Julia Cecchi Soares  
Camilla Viana de Freitas  
Natalia Waked Furtado  
Eduardo M. Kalache  
João Luiz Baltasar Jardim  
Luiz Philippe Tenuta  
Lara Reis  
Cecilia A. Costa Braga  
Gabriella Costa

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu.

**GRERJ Nº 71738708120-38**

**ESAM – EMPRESA SANTO ANTÔNIO DE MINERAÇÃO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 30.748.487/0001-56, com sede na Avenida Abílio Augusto Távora, nº 3793, Nova Iguaçu - RJ, CEP: 26.262-020 (“Recuperanda” ou “Impetrante”), por seus advogados abaixo assinados, vem, com fundamento nas disposições dos artigos 47 e 48 da Lei 11.101/05, requerer a V. Exa. a sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, nos seguintes termos:

## **DO PRINCÍPIO LEGAL**

1. De início, destaca-se que, assim como as mais avançadas leis contemporâneas que cuidam do tratamento e da solução de episódios de crise nas empresas, enxergando e buscando preservar nestas a sua utilidade social e econômica, a Lei 11.101/05, chamada de Lei de Recuperação de Empresas, dispõe expressamente em seu artigo 47 o princípio e o objetivo fundamentais que devem nortear o nobre julgador na sua aplicação, senão vejamos:

“Art. 47 – A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.” (grifo nosso)

2. Inegável é, portanto, a intenção e a necessidade de se dar no tratamento dos casos tais quais o presente a devida racionalidade econômico-social ao sopesar-se os elementos da crise e o que a empresa tem a oferecer à sociedade, sendo igualmente inegável a viabilidade da ora Impetrante e a capacidade de recuperar-se das suas, sem dúvida, graves, porém transponíveis dificuldades, pelo que cumprem seus gestores o dever de apresentar o presente pleito.

3. Importante destacar, outrossim, que, a despeito dos incansáveis esforços despendidos ao longo dos últimos anos, o atual cenário mostra-se insuficiente para permitir a plena readequação financeira dos negócios da sociedade e a necessária segurança jurídica à composição dos passivos que se afiguram indispensáveis, sendo que a atual Lei de Recuperação inegavelmente oferece os mecanismos e as ferramentas mais adequados para conferir tal segurança às medidas capazes de efetiva e definitivamente reorganizar a atividade da Impetrante e solucionar os impasses criados junto a seus credores.

## **DO BREVE HISTÓRICO E DA ATUAL SITUAÇÃO**

4. Em 12 de janeiro de 1949, a ESAM nasceu da visão de seus fundadores, o casal Sr. Abílio Augusto Távora e Sra. Maria Júlia Cardoso Távora, em identificar uma demanda crescente na exploração de pedra britada e derivados para o segmento da construção civil, tornando-se referência ao longo de sua trajetória na Baixada Fluminense e Região Metropolitana do Rio de Janeiro:



(<https://pedreiraesam.com.br/>)

5. A empresa, até o ano 2005, era eminentemente familiar, tendo crescido e se desenvolvido com a colaboração dos filhos do casal fundador tão logo adentravam no mercado de trabalho, logrando se destacar, ao longo dos 74 (setenta e quatro) anos de atividade, tanto pela dedicação de seus dirigentes, quanto pela excelência da qualidade do produto extraído (material rochoso).

6. A título exemplificativo, devido ao desempenho da rocha extraída nos testes de abrasão “Los Angeles”, a pedra britada produzida pela ESAM está presente na Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, no recém desmobilizado Autódromo de Jacarepaguá, dentre outros tantos empreendimentos de grande envergadura.

7. O aquecimento do mercado da construção civil, alinhado ao qualificado material fornecido, permitiu que a Mineradora alcançasse projeção no disputado mercado de pedra britada, com o que foi possível à ESAM manter em dia seus compromissos financeiros.



(área superior a 1.599.000.00m2 do município de Nova Iguaçu)

8. Sucede que, em que pesem todos os esforços de adequação às oscilantes condições do mercado e à crise político-econômica enfrentada, a trajetória de sucesso e pleno equilíbrio financeiro da Impetrante foi prejudicada inicialmente pelo declínio na produção mineradora e retração do mercado consumidor nos anos 2000, impactando o seu fluxo de caixa, de modo a gerar, como consequência, inevitável inadimplemento de seus compromissos e obrigações financeiras da ESAM.

9. No ano 2005, por meio da 29ª alteração do contrato social, a ESAM admitiu o ingresso em seu quadro social de investidores (terceiros alheios à Família Távora) interessados na produção do minério frente ao reaquecimento do mercado e ao seu inquestionável potencial de soerguimento.

10. Os anos se passaram, outras cessões de cotas foram praticadas, investimentos foram feitos, aportes dos sócios cotistas ocorreram, mas a derrocada do início dos anos 2000 remanesceu e restou agravada com a crise político-econômica do país e pelos efeitos da

Pandemia do Novo Coronavírus, que seguia, e segue, influenciando, ainda, todo o setor econômico, com aumentos de taxas de juros e retração de crédito, o que acabou por tornar ainda mais severos os efeitos da recessão sobre seu negócio e a **necessidade de preservar seu capital de giro próprio**.

11. Em decorrência de tais fatos, em que pese o caráter economicamente rentável da operação em um ambiente de negócios minimamente normalizado, instalou-se um quadro de instabilidade no fluxo financeiro da Impetrante, gerando um acúmulo de dívidas frente a seus credores em geral, que, por sua vez, apesar das sucessivas tentativas de reorganizar direta e administrativamente a programação de seus pagamentos, vêm se mostrando insensíveis ao quadro de dificuldades gerado não por uma ação da Impetrante, que até recentemente manteve-se adimplente, mas sim por uma nefasta combinação de circunstâncias mercadológicas, que vêm minando sua capacidade de solucionar, sozinha, o impasse em que agora se encontra.

12. É igualmente fato, entretanto, que a posição de destaque da Impetrante, com a força de seu nome e de sua marca e correspondente *marketshare* consolidado por canais estratégicos de seu mercado e localização privilegiada, a qualificação de seus serviços e o *know-how* acumulado, combinados com a consolidada base de relacionamento com relevantes parceiros comerciais, além de outras diversas vantagens, conferem-lhe notável **singularidade** em seu segmento, o que, uma vez reequilibrado no plano financeiro, nos dá a certeza da viabilidade do projeto de recuperação que ora se inicia.

### **DA VIABILIDADE ECONÔMICO-OPERACIONAL**

13. Do que visto acima é fácil perceber que, aliado à **posição de referência** já consolidada em seu mercado e à **força de sua marca**, com as correspondentes vantagens comerciais daí advindas, a Impetrante já conta com um **significativo marketshare** e uma **rede**

**consolidada de clientes, tudo destacando-a em seu setor**, além da fidelidade de seus cerca de mais de colaboradores diretos e, ainda, o fato de já vir colocando em prática um relevante **processo de reestruturação** para enxugamento de seus custos fixos e adequação de suas estratégias aos atuais desafios de seu mercado, o que indubitavelmente possibilita, uma vez ultrapassado o cenário de crise, vislumbrar um futuro próspero a médio e longo prazos.

14. Tem-se, portanto, que, tão logo superadas as instabilidades econômicas e reacomodado o mercado, as características da Impetrante a **posiciona de forma absolutamente favorável em seu segmento, de modo a assegurar-lhe as melhores perspectivas para seus negócios com vias a recuperar e ampliar o patamar em que estava antes da crise**, não sendo demais frisar que a operação jamais deixou de se mostrar operacionalmente rentável, mas sim fragilizou-se financeiramente por conta e culpa sobretudo pelos impactos da crise econômica do país e da Pandemia até hoje ainda não totalmente superados, além da rigidez das fontes habituais de crédito e financiamento, quadro este que não pode e não deve perdurar indefinidamente.

15. Frise-se, mais uma vez, que a reestruturação e preservação do viés de expansão da produção da Impetrante somente se fará possível através da utilização dos mecanismos e da segurança jurídica oferecidos pelo procedimento de recuperação judicial trazido pela atual Lei de Recuperação de Empresas, estando certa a Impetrante de que, assegurada a normalidade de suas operações, terá plenas condições de arcar com as despesas novas de seu dia-a-dia e oferecer a seus credores a melhor forma de compor as dívidas velhas.

## **DOS REQUISITOS LEGAIS**

16. A perfeita coadunação do caso ao regime especial pleiteado resta plenamente caracterizada não apenas pelos fatos e fundamentos acima expostos mas também pelo adequado preenchimento dos requisitos formais e objetivos postos na Lei de regência, como

se infere da documentação inclusa, restando certo que, uma vez aliviada das pressões hoje sofridas e implementado o projeto de reestruturação, a empresa resgatará a sua plena capacidade de pagamento e de geração de riquezas e novos postos de trabalho.

17. Atendendo ao que requer o artigo 48 da Lei 11.101/05, a Impetrante declara:

- a) que exerce regularmente sua atividade há mais de dois anos;
- b) não ser falida;
- c) não ter esta, seus administradores ou controladores, sido condenados por crimes previstos na referida Lei.

18. A Impetrante instrui seu pedido com documentação contábil e financeira que informa e comprova a este digno Juízo o pleno atendimento a todos os requisitos postos no artigo 51 e seus incisos da legislação mencionada, de modo a permitir o imediato deferimento da Recuperação Judicial (cf. **ANEXO I**).

### **DAS INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS**

19. Por fim, requer-se a V. Exa. sejam todas as comunicações processuais expedidas aos Dr. **YAMBA SOUZA LANNA**, Dra. **JULYANA IUNES PINHO DE QUEIROZ** e Dra. **CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA**, inscritos na OAB/RJ sob o nº 93.039, nº 149.932 e nº 217.683, respectivamente, com escritório na Av. Almirante Barroso, nº 52, 25º Andar, Rio de Janeiro – RJ, na forma da lei, sob pena de nulidade.

### **DO PEDIDO**

20. À vista do exposto, requer-se a V. Exa. seja deferido o processamento da Recuperação Judicial aqui pleiteada, determinando as providências previstas no artigo 52 da Lei 11.101/05, com a publicação dos editais e comunicações de estilo.

21. Termos em que, protestando pela apresentação de novos documentos que se façam necessários e dando à causa, para efeitos legais e fiscais, o valor de R\$ 21.172.496,27 (vinte e um milhões cento e setenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 2024.



YAMBA SOUZA LANNA  
OAB/RJ 93.039



ANDRÉ CHAME  
OAB/RJ 93.240



RODRIGO A. KALACHE DE PAIVA  
OAB/RJ 85.399



JULYANA IUNES PINHO DE QUEIROZ  
OAB/RJ 149.932



CECILIA A. COSTA BRAGA  
OAB/RJ 217.683



## **ANEXO I**

### **ÍNDICE INSTRUÇÃO**

- **DOC. 01 – PROCURAÇÃO**
- **DOC. 02 – ATOS CONSTITUTIVOS, CERTIDÃO JUCERJA E CNPJ – ART. 51, V, DA LRF**
- **DOC. 03 – DECLARAÇÃO DO ART. 48 DA LRF E CERTIDÕES DE DISTRIBUIDORES**
- **DOC. 04 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – ART. 51, II, ALÍNEAS A, B, C, e D, DA LRF**
- **DOC. 05 – RELAÇÃO DE CREDITORES – ART. 51, III, DA LRF**
- **DOC. 06 – RELAÇÃO DE EMPREGADOS ATIVOS – ART. 51, IV, DA LRF**
- **DOC. 07 – RELAÇÃO DE BENS DOS ADMINISTRADORES – ART. 51, VI, DA LRF**
- **DOC. 08 – EXTRATOS BANCÁRIOS – ART. 51, VII, DA LRF**
- **DOC. 09 – CERTIDÃO DE PROTESTO – ART. 51, VIII, DA LRF**
- **DOC. 10 – RELAÇÃO DE AÇÕES - ART. 51, IX, DA LRF**
- **DOC. 11 – RELATÓRIO PASSIVO FISCAL – ART. 51, X, DA LRF**
- **DOC. 12 – RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE – ART. 51, XI, DA LRF**

\*\*\*